

TEMÁTICA LIVRE

A imprensa como inimiga: confiança e rejeição midiática entre lulistas e bolsonaristas

The media as enemy: trust and media rejection among lulistas and bolsonaristas

ERIVELTO AMARANTE

Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba, Paraná, Brasil.
E-mail: novo.eri@gmail.com
ORCID: 0000-0003-4158-3444

Edição v. 44
número 3 / 2025

Contracampo e-ISSN 2238-2577

Niterói (RJ), 44 (3)
set/2025-dez/2025

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

PPG|COM

Programa de Pós Graduação
COMUNICAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AMARANTE, Erivelto. A imprensa como inimiga: confiança e rejeição midiática entre lulistas e bolsonaristas. **Contracampo**, Niterói, v. 44, n. 3, p. 01-17, set./dez. 2025.

Submissão em: 15/04/2025. Revisor A: 28/05/2025; Revisor B: 15/08/2025. Aceite em: 06/10/2025.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v44i3.67420>



Resumo

Este artigo investiga como a confiança na mídia tradicional se distribui entre os polos políticos do Brasil contemporâneo, com foco nos campos lulista e bolsonarista. A análise baseia-se em dados de um *survey*, com 1.100 respondentes divididos equitativamente entre os dois grupos. O estudo analisa os fatores que estruturam percepções sobre credibilidade jornalística, atribuição de culpa por desinformação e seleção de fontes informativas. Argumenta-se que a confiança (ou rejeição) à mídia não se limita a avaliações cognitivas, mas expressa identidades políticas, visões de mundo e conflitos simbólicos. Combinando análise estatística e visualização comparativa, os resultados indicam que a imprensa é percebida de forma radicalmente distinta: como arena de disputa institucional pelos lulistas, e como inimiga simbólica pelos bolsonaristas.

Palavras-chaves

Operação Acolhida; Fronteira; Desinformação; Vigilância; Soberania.

Abstract

This article investigates how trust in traditional media is distributed across the political spectrum in contemporary Brazil, focusing on the pro-Lula and pro-Bolsonaro camps. Based on survey data comprising 1,100 respondents evenly split between the two groups. The study analyzes the factors that shape perceptions of journalistic credibility, attribution of blame for disinformation, and selection of news sources. It argues that trust (or rejection) of the media is not limited to cognitive evaluations, but also reflects political identities, worldviews, and symbolic conflicts. By combining statistical analysis with comparative visualization, the results indicate that the press is perceived in radically different ways: as an arena of institutional struggle by Lula supporters, and as a symbolic enemy by Bolsonaro supporters.

Keywords

Trust in media; Political polarization; Disinformation; Political identity; Information ecosystems.

Introdução

A relação entre mídia e política constitui um dos campos mais sensíveis da contemporaneidade democrática, especialmente em contextos marcados por polarização ideológica, fragmentação da esfera pública e proliferação de desinformação (Rossini, 2021). A imprensa tradicional, historicamente legitimada como mediadora entre os acontecimentos sociais e a formação da opinião pública, tem enfrentado sucessivos questionamentos quanto à sua imparcialidade, à sua capacidade de representar a diversidade de interesses sociais e, sobretudo, à sua credibilidade enquanto instituição (Kohring; Matthes, 2007). No Brasil, esse processo tem se intensificado desde a década de 2010, culminando em uma crise de confiança na mídia que transcende o campo jornalístico e adquire contornos nitidamente políticos e simbólicos (Albuquerque, 2020; Coutinho, 2021).

O ambiente de hiperpolarização política, amplificado por disputas morais e pela emergência de ecossistemas digitais alternativos, reconfigurou os modos de produção, circulação e recepção da informação (Amaral; Santos, 2019). Nesse cenário, a confiança na mídia não pode ser compreendida como simples reflexo de características individuais ou da qualidade do conteúdo jornalístico. Ao contrário, ela é cada vez mais estruturada por identificações político-afetivas, narrativas ideológicas e disputas em torno do que se entende como verdade, legitimidade e autoridade informativa (Tsfati; Ariely, 2014; Farkas; Schou, 2020). Em outros termos, a confiança midiática tornou-se um fenômeno intensamente atravessado por elementos sociopolíticos, religiosos e culturais.

A partir de 2018, com a ascensão de Jair Bolsonaro e a consolidação do campo bolsonarista, a imprensa tradicional passou a ser sistematicamente atacada como inimiga do povo, portadora de falsidades e cúmplice de esquemas de corrupção e dominação cultural. O slogan “Globo Lixo”¹ tornou-se expressão emblemática desse antagonismo, ao mesmo tempo em que canais alternativos de comunicação — como perfis em mídias sociais, pastores digitais, influenciadores conservadores e grupos de WhatsApp — passaram a ocupar o lugar simbólico de fontes confiáveis e legítimas de informação (Prior, 2019). Esse fenômeno foi amplamente alimentado pela lógica algorítmica das plataformas digitais, que tende a reforçar visões de mundo pré-existentes, criando bolhas epistêmicas que dificultam a circulação de perspectivas divergentes (Pellizzari; Barreto Junior, 2019).

Por outro lado, o campo lulista, ainda que também critique a imprensa — sobretudo por sua atuação nos processos de *impeachment* de Dilma Rousseff e na cobertura enviesada da Operação Lava Jato² — mantém uma relação mais ambivalente com os veículos tradicionais. A imprensa é frequentemente acusada de elitismo, conservadorismo e seletividade informacional, mas continua sendo reconhecida por parcelas significativas desse grupo como instância necessária de mediação democrática. Essa dualidade revela que, no campo progressista, a crítica à mídia opera mais como denúncia de parcialidade do que como rejeição integral da legitimidade jornalística.

Partindo desse contexto, este artigo investiga como a confiança (ou a rejeição) à imprensa tradicional se distribui entre os polos políticos opostos do Brasil contemporâneo: lulistas e bolsonaristas. Argumenta-se que essa confiança não é apenas uma atitude individual ou cognitiva, mas sim um índice

1 A expressão “Globo Lixo” funciona como uma alcunha pejorativa, difundida entre apoiadores de Jair Bolsonaro a partir de 2018, resultante da justaposição entre “Globo” e “lixo”, que atribui valores disfóricos à Rede Globo. Trata-se de um marcador figurativo que opera por meio de um percurso semântico associado ao resíduo sujo e à escatologia, os quais sustentam acusações de parcialidade, desonestade e alinhamento político indesejado (Lacerda, 2024).

2 A Operação Lava Jato (2014–2021) foi uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal que revelou esquemas de corrupção envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras e partidos políticos. Com ampla cobertura midiática, a operação teve impacto direto na erosão da confiança em instituições políticas e na criminalização da política, especialmente em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT) e às figuras de Lula e Dilma Rousseff. O clima de descrédito favoreceu candidaturas de ruptura em 2018, sendo frequentemente apontada como um dos fatores que impulsionaram a ascensão eleitoral de Jair Bolsonaro (Bello, 2023).

simbólico que expressa pertencimento, lealdade e identidade política. Mais do que fontes de informação, a mídia e seus antagonistas tornam-se marcadores morais que estruturam a percepção sobre a realidade política (Porath; Puente; Ortiz, 2022; Russo, 2022).

Com base em dados de *survey*, este estudo investiga os fatores que explicam os diferentes níveis de confiança na mídia entre lulistas e bolsonaristas, considerando fontes informacionais, verificação de fatos e atitudes diante das *fake news*. A primeira hipótese (H1) propõe que a confiança na mídia tradicional reflete posicionamentos políticos e funciona como marcador simbólico de identidade ideológica (Porath; Puente; Ortiz, 2022; Kohring; Matthes, 2007). Já a segunda hipótese (H2) sugere que, entre bolsonaristas, a rejeição à imprensa é uma prática identitária, guiada por valores morais, vínculos afetivos e inserção em ecossistemas informacionais paralelos (Figo; Weber; Sodré, 2024; Correia, 2019). Ao abordar essas dinâmicas, o estudo contribui para o debate sobre os desafios da comunicação democrática em contextos de radicalização política.

Confiança na mídia e identidade política

A confiança na mídia opera como uma categoria analítica complexa que articula aspectos cognitivos, afetivos e sociopolíticos. No campo da pesquisa em comunicação, diversos autores têm debatido os fatores que influenciam a percepção de credibilidade jornalística, incluindo a imparcialidade percebida, a clareza das informações, o histórico do veículo e a consistência editorial (Kohring; Matthes, 2007; Lisboa; Benetti, 2017). No entanto, em contextos democráticos marcados por intensa polarização, esses critérios tradicionais perdem centralidade diante de um novo determinante: a identidade política do receptor (Bello, 2023).

Pesquisas realizadas em democracias ocidentais têm evidenciado que o julgamento sobre a confiabilidade da imprensa está cada vez mais condicionado pelo alinhamento ideológico do público (Tsfati; Ariely, 2014; Nascimento; Lycarião; Ferreira, 2023). Em vez de uma avaliação objetiva da qualidade da informação, a confiança passa a refletir lealdades partidárias e afetos morais. Nesse sentido, indivíduos tendem a confiar mais em veículos e narrativas que confirmam suas crenças prévias e reforçam seu pertencimento grupal, ao passo que rejeitam conteúdos dissonantes, mesmo que fundamentados em evidências (Russo, 2022).

Esse fenômeno tem sido interpretado por autores críticos como sintoma de um processo mais amplo de transformação da esfera pública, na qual a verdade se torna objeto de disputa simbólica entre campos político-ideológicos antagônicos (Fuchs, 2015). O que está em jogo não é apenas o conteúdo da informação, mas quem tem o direito de nomear o real, de definir o que é fato, o que é opinião, e o que deve ser validado socialmente como verdade (Fraser, 2016). Assim, a confiança na mídia torna-se um ato político, no qual o sujeito afirma sua posição diante das instituições, da autoridade epistêmica e da legitimidade discursiva.

No caso brasileiro, esse cenário se acentua a partir da ruptura institucional de 2016 e da ascensão de discursos ultraconservadores que associam a imprensa tradicional a um suposto sistema composto por elites políticas, culturais e jornalísticas. O bolsonarismo, em particular, estrutura-se como uma força de oposição à institucionalidade republicana, na qual a mídia aparece como inimiga central — não apenas por divulgar supostamente mentiras, mas por representar valores liberais, progressistas e cosmopolitas que contradizem o imaginário político da base bolsonarista (Pereira, 2021).

Por sua vez, setores progressistas, embora também críticos à cobertura midiática — especialmente no que diz respeito ao tratamento seletivo dado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à criminalização de lideranças de esquerda — mantêm uma relação ambivalente com os veículos tradicionais. A desconfiança lulista, ao contrário da rejeição bolsonarista, é muitas vezes seletiva e contextual, não implicando uma negação integral da imprensa como instituição. Em diversos momentos, inclusive, observa-se a defesa

pública da liberdade de imprensa por lideranças do campo progressista, o que evidencia uma lógica de crítica interna à democracia, e não de oposição total à institucionalidade informacional (Porath; Puente; Ortiz, 2022).

Desse modo, a confiança na mídia tende a atuar como marcador de identidade política e como prática discursiva performativa, por meio da qual os sujeitos afirmam a legitimidade ou ilegitimidade das fontes que mediam a vida pública. Em vez de uma atitude racional baseada em critérios técnicos, trata-se de uma postura simbólica situada, estruturada por afetos, narrativas coletivas e relações de pertencimento. Como tal, deve ser compreendida não apenas como um problema de qualidade jornalística, mas como elemento central das disputas culturais e políticas do presente.

Disputas informacionais na cultura digital

A ascensão das tecnologias digitais e o advento das mídias sociais reconfiguraram radicalmente o modo como a informação circula, é consumida e validada socialmente. No lugar de um fluxo vertical e relativamente controlado, no qual os meios de comunicação tradicionais exerciam papel central na definição da agenda pública (McCombs; Shaw, 1972), o ambiente digital contemporâneo promoveu a descentralização dos emissores e a fragmentação da esfera pública em múltiplos ecossistemas informacionais paralelos (Farkas; Schou, 2020). Nesse novo cenário, a autoridade jornalística tradicional passou a competir com influenciadores, curadores algorítmicos, líderes religiosos digitais e usuários comuns, todos dotados de capacidade de produção, circulação e autenticação discursiva (Figo; Weber; Sodré, 2024).

O conceito de ecossistema informacional não deve ser entendido apenas de maneira descritiva, mas como uma categoria teórica que permite compreender as interações entre tecnologias, atores sociais e regimes de verdade. Autores como Van Dijck, Poell e De Waal (2018) destacam que as plataformas digitais reorganizam os fluxos de informação e instituem novas hierarquias de visibilidade, conformando um *platform society* que opera segundo lógicas próprias de algoritmos e de mercado. Nesse sentido, falar em ecossistema informacional implica reconhecer que não se trata apenas da soma de veículos tradicionais e digitais, mas da constituição de ambientes simbólicos e técnicos nos quais a disputa política pela verdade se materializa.

Por sua vez, a chamada cultura de plataforma (Van Dijck; Poell; de Waal, 2018) estabeleceu uma lógica comunicacional baseada em visibilidade, engajamento e viralidade, em que o valor da informação não está necessariamente atrelado à sua veracidade ou relevância pública, mas à sua capacidade de mobilizar afetos, gerar pertencimento e performar identidades. A consequência direta desse modelo é a erosão da confiança em instituições intermediadoras, como a imprensa e as universidades, e o crescimento de formas de validação coletiva baseadas em afinidades ideológicas e reforço de crenças pré-existentes — fenômeno intensificado pelos mecanismos de personalização algorítmica que alimentam as chamadas bolhas epistêmicas (Sunstein, 2009).

No Brasil, esse processo se manifestou com particular intensidade a partir de 2018, quando o bolsonarismo estruturou sua estratégia de comunicação política em torno da deslegitimação da imprensa e da promoção de fontes alternativas de autoridade (Paixão; Guimarães, 2020). A migração massiva de públicos para o WhatsApp, o crescimento de canais políticos no YouTube e a atuação coordenada de redes de desinformação demonstraram que as disputas políticas contemporâneas são, simultaneamente, disputas informacionais e epistemológicas. A verdade, nesse contexto, deixa de ser um valor compartilhado e passa a ser um campo de disputa simbólica entre narrativas concorrentes, cada qual sustentada por repertórios afetivos, religiosos e morais distintos (Correia, 2019).

Essas disputas não ocorrem apenas no plano do conteúdo, mas também na estrutura das plataformas (Kandel, 2021). Os algoritmos de recomendação, os sistemas de ranqueamento de relevância

e os filtros de personalização criam circuitos fechados de informação que reduzem a exposição ao contraditório e reforçam a segmentação cognitiva entre os grupos. Como resultado, não apenas se formam comunidades políticas separadas, mas também regimes distintos de verdade (Fraser, 2016), nos quais a mesma notícia pode ser interpretada como revelação ou manipulação, dependendo do campo ideológico do receptor.

No âmbito lulista, observa-se uma apropriação mais crítica, embora não necessariamente antagonista, dessas estruturas. A crítica à mídia ocorre de modo articulado a valores democráticos, como a defesa da liberdade de imprensa e a valorização de veículos que ainda operam sob padrões jornalísticos normativos (Singer, 2012). Já entre os bolsonaristas, verifica-se a consolidação de um sistema informacional alternativo, sustentado por desconfiança sistemática em relação às instituições tradicionais de mediação — imprensa, Supremo Tribunal Federal (STF), universidades — e pela criação de “fontes da verdade” próprias, como líderes religiosos, jornalistas independentes e canais de YouTube alinhados ao discurso oficialista (Pereira, 2021).

Dessa forma, as plataformas digitais não apenas permitem a circulação de diferentes conteúdos, mas também configuram as condições de possibilidade para a constituição de identidades políticas e epistemológicas. A confiança na mídia, nesse sentido, deve ser compreendida como produto de interações complexas entre cultura digital, crença política e infraestrutura tecnológica, em que a rejeição ou a aceitação da imprensa tradicional é menos uma escolha informacional do que uma prática moral e performativa.

Contexto político-midiático

A desconfiança generalizada em relação à imprensa no Brasil não é um fenômeno novo, mas assumiu características inéditas na última década, ao ser instrumentalizada por forças políticas que operam abertamente contra as instituições do campo democrático. Desde as jornadas de junho de 2013, a legitimidade da mídia tradicional passou a ser questionada por diferentes grupos, à esquerda e à direita, que identificavam nos grandes veículos de comunicação não apenas uma suposta parcialidade editorial, mas um papel ativo na manipulação da agenda pública e no cerceamento de vozes divergentes (Miguel, 2022; Lima, 2012). No entanto, foi a partir do ciclo político inaugurado com o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, que essa crítica se radicalizou e se consolidou como pilar discursivo da nova direita brasileira.

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, a rejeição à imprensa tradicional tornou-se elemento central da gramática política bolsonarista. A relação com a mídia foi marcada desde o início por ataques frontais, hostilidade em coletivas e difusão de informações falsas com o objetivo de minar a credibilidade de repórteres e veículos jornalísticos. A retórica presidencial — baseada em slogans como “Globo Lixo”³ ou acusações de “fake news” contra a própria imprensa — desempenhou função de reforço identitário e consolidação de uma epistemologia alternativa, centrada em fontes informacionais alinhadas ao governo e à moral cristã-conservadora (Pereira, 2021; Correia, 2019).

Essa estratégia comunicacional, amplamente disseminada por meio de plataformas como WhatsApp, YouTube e Facebook, encontrou ressonância entre segmentos sociais marcados por ressentimento com as instituições e desconfiança da elite cultural e política. O bolsonarismo construiu, assim, um sistema informacional paralelo, onde o valor da informação não depende de critérios jornalísticos clássicos (checagem, veracidade, pluralismo), mas de sua aderência ao imaginário político do grupo. Como

³ A expressão “Globo Lixo” tornou-se um dos principais slogans do bolsonarismo, utilizada sistematicamente para deslegitimar a Rede Globo e, por extensão, a mídia tradicional. O termo sintetiza a retórica de confronto contra a imprensa e reforça a ideia de um ecossistema informacional paralelo, no qual meios tradicionais são substituídos por plataformas digitais e redes sociais (Ribeiro Barbosa, 2022).

aponta Pereira (2021), trata-se de um fenômeno que combina ressentimento, religiosidade e exclusivismo moral, produzindo uma rejeição simbólica às mediações institucionais que estrutura a forma como seus apoiadores interpretam o mundo.

Por outro lado, o campo lulista, embora também crítico à cobertura da imprensa — especialmente nos momentos de maior hostilidade midiática ao PT, como nas eleições de 2006, 2010 e 2014, e no processo da Lava Jato — mantém uma relação mais ambígua e institucional com os veículos jornalísticos. Críticas à parcialidade, ao monopólio midiático e à seletividade da cobertura são frequentes, mas frequentemente articuladas a um projeto democrático de comunicação pública, que inclui o reconhecimento do papel regulador da imprensa na democracia (Lima, 2012; Miguel, 2022). Esse campo tende a valorizar, ainda que criticamente, os princípios do jornalismo profissional, defendendo a liberdade de imprensa e condenando a censura ou ataques a jornalistas.

O período da pandemia da covid-19 (2020–2022) acentuou essas clivagens. Enquanto o campo bolsonarista intensificou a circulação de desinformação sobre vacinas, tratamentos e medidas sanitárias, frequentemente confrontando a cobertura crítica da imprensa, os setores progressistas passaram a defender abertamente o papel do jornalismo na produção de informações confiáveis e de interesse público. A eleição presidencial de 2022 reforçou esse cenário de polarização informacional: de um lado, denúncias de manipulação e censura por parte das plataformas e da mídia; de outro, a imprensa atuando como contraponto à escalada autoritária e à retórica antidemocrática do bolsonarismo (Facchini, 2021).

Neste contexto, a confiança na mídia revela-se como um indicador privilegiado para compreender as disputas simbólicas do presente. Ela não expressa apenas preferências individuais, mas se inscreve em estratégias discursivas coletivas, por meio das quais os sujeitos se posicionam em relação à verdade, à democracia e à ordem institucional. Analisar essa clivagem entre lulistas e bolsonaristas, portanto, é fundamental para compreender como se organizam os conflitos políticos e epistêmicos no Brasil contemporâneo — e que papel a comunicação desempenha nesse processo.

Percorso metodológico

Este estudo adota uma abordagem quantitativa, descritiva e comparativa, com o objetivo de investigar como a confiança na mídia tradicional se manifesta em dois grupos políticos antagônicos — lulistas e bolsonaristas — à luz de suas práticas informacionais, posicionamentos simbólicos e preferências mediáticas. O ponto de partida empírico é um banco de dados⁴ construído a partir de um *survey*,⁵ divididos de forma equilibrada entre os dois grupos políticos (550 respondentes por campo). Os participantes foram recrutados em grupos públicos de WhatsApp, utilizando critérios de autoidentificação política e pertencimento discursivo, conforme mapeamento prévio de ambientes digitais realizado por monitoramento qualitativo.

O questionário aplicado foi estruturado em 23 questões, organizadas em três blocos: perfil sociodemográfico, comportamento informacional e atitudes políticas. As variáveis foram codificadas para análise estatística, permitindo a aplicação de testes comparativos, cruzamentos e representações visuais. A variável dependente central da pesquisa é a confiança na mídia tradicional, operacionalizada por meio da pergunta “Qual o seu nível de confiança nas informações transmitidas pela imprensa tradicional?”, com quatro opções de resposta em escala ordinal: “nenhuma”, “pouca”, “parcial” e “total”. Essa variável é examinada em relação a um conjunto de variáveis independentes relevantes, incluindo grupo político (lulista ou bolsonarista), fonte informacional considerada confiável, frequência de verificação de notícias

4 Disponível em <https://abre.ai/my0r>. Acesso em: 20 set. 2025.

5 Antes da aplicação definitiva, foi realizado um pré-teste com 60 participantes, a fim de verificar a clareza das perguntas, a ordem do questionário e a adequação das escalas de resposta. Os ajustes decorrentes desse procedimento foram incorporados à versão final da *survey*.

e comportamento de compartilhamento de *fake news*.

As análises foram realizadas com o *software* estatístico R. A estratégia metodológica combinou estatísticas descritivas com visualizações comparativas, com ênfase na produção de gráficos. Essa opção pela visualização não tem apenas função ilustrativa, mas parte do pressuposto de que os elementos visuais são dispositivos interpretativos capazes de revelar padrões relacionais complexos entre variáveis simbólicas e práticas sociais (Tufte, 1990; Bertin, 1983). A ênfase na visualização relacional foi especialmente útil para identificar perfis informacionais recorrentes, regimes de sentido e alinhamentos ideológicos em torno das fontes midiáticas.

Adicionalmente, foram aplicados testes de associação entre variáveis nominais (como fontes confiáveis e grupo político), e, nos casos de variáveis ordinais, testes não paramétricos, como Mann-Whitney e Kruskal-Wallis, foram utilizados para verificar diferenças estatisticamente significativas entre os grupos. A análise de correspondência simples foi empregada para representar, em espaço bidimensional, as distâncias simbólicas entre categorias como “TV”, “YouTube” ou “WhatsApp” e os campos ideológicos em disputa, o que permitiu compreender como diferentes fontes midiáticas se organizam em torno de eixos políticos e cognitivos distintos.

Para orientar a investigação, as duas hipóteses já apresentadas na introdução são aqui explicitadas. A primeira (H1) sustenta que a confiança na mídia tradicional não se configura apenas como uma atitude racional ou cognitiva, mas está diretamente associada a formas específicas de posicionamento político no espaço público, funcionando como indicador simbólico de pertencimento ideológico (Porath; Puente; Ortiz, 2022; Kohring; Matthes, 2007). A segunda hipótese (H2) propõe que, no campo bolsonarista, a rejeição à imprensa não se limita a uma crítica pontual ou instrumental, mas constitui uma prática performática e identitária, orientada por valores morais, vínculos afetivos e adesão a ecossistemas informacionais paralelos que operam em oposição à legitimidade da mídia tradicional (Figo; Weber; Sodré, 2024; Correia, 2019).

Em síntese, o percurso metodológico aqui delineado buscou não apenas identificar variações no grau de confiança na mídia entre lulistas e bolsonaristas, mas compreender como essa confiança se articula a uma gramática política mais ampla, na qual a imprensa é disputada como signo de verdade, legitimidade e autoridade. Por meio do cruzamento entre empiria e teoria crítica da comunicação, o estudo visa iluminar as dinâmicas de credibilidade, pertencimento e performatividade que estruturam a relação entre sujeitos políticos e o campo midiático na sociedade brasileira contemporânea.

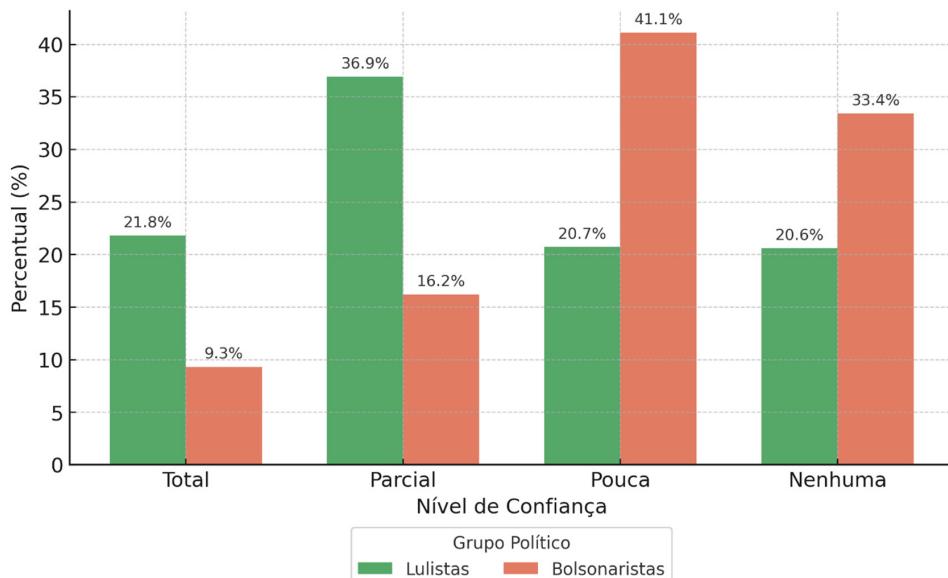
Resultados e Discussão

O primeiro resultado empírico evidência de forma clara a assimetria na relação que cada grupo político estabelece com a imprensa tradicional. O gráfico de barras comparadas (Figura 1) apresenta a distribuição percentual das respostas à variável “confiança na mídia tradicional”, segmentadas entre lulistas e bolsonaristas, com quatro categorias: total, parcial, pouca ou nenhuma confiança.

Entre os lulistas, observa-se uma concentração nas categorias “parcial” (36,6%) e “total” (21,6%), o que significa que mais da metade dos respondentes vinculados a esse campo demonstra algum grau relevante de confiança na imprensa. Ainda que existam parcelas críticas — 20,8% afirmam ter “pouca” e 21% “nenhuma” confiança —, o padrão dominante aponta para uma relação ambivalente e seletiva, mas ainda positiva com os veículos jornalísticos tradicionais.

Em contraste, os bolsonaristas expressam um padrão oposto: 74,4% afirmam ter “pouca” (41,2%) ou “nenhuma” (33,2%) confiança na imprensa, enquanto apenas 25,6% manifestam algum grau de confiança (“total” ou “parcial”). Trata-se de uma rejeição sistemática que não se apresenta como crítica à cobertura específica de determinados temas, mas como negação integral da legitimidade da mídia como instituição.

Figura 1 – Confiança na mídia por grupo político



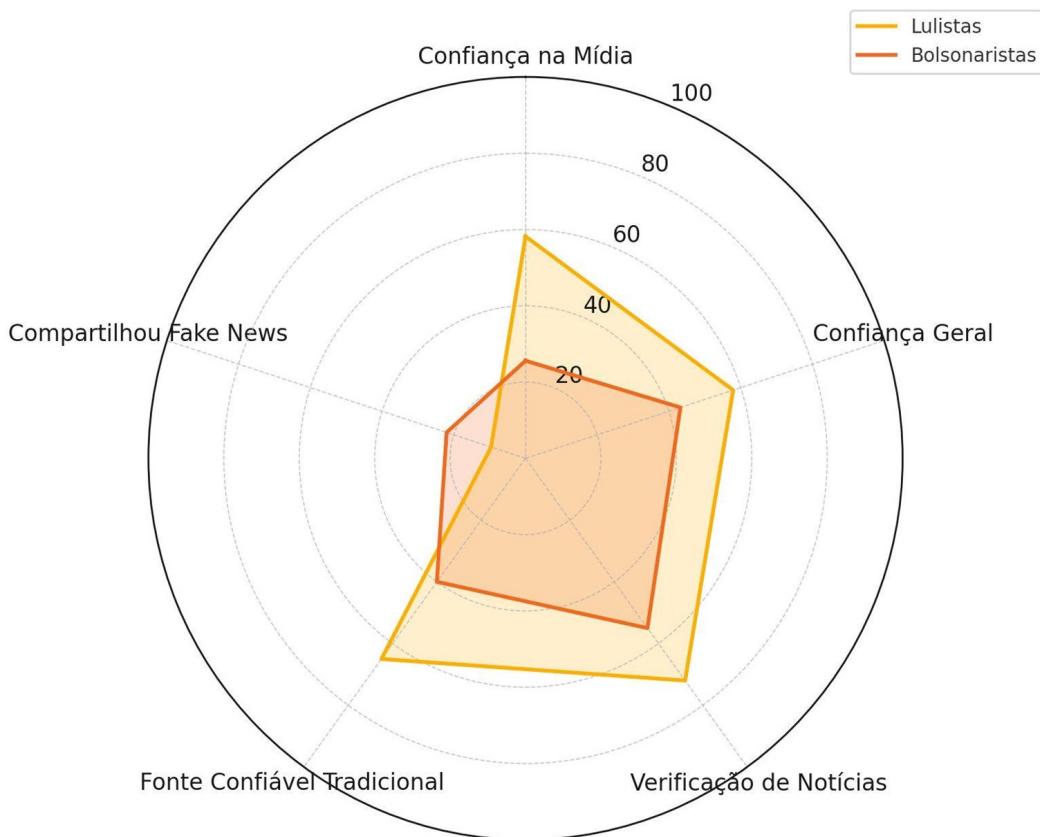
Fonte: Elaboração própria (2025)

Esse dado corrobora as hipóteses estabelecidas pela literatura especializada, segundo a qual a confiança na imprensa, em ambientes altamente polarizados, deixa de funcionar como avaliação técnica e passa a operar como expressão ideológica de pertencimento grupal (Tsfati; Ariely, 2014). Como argumentam Farkas e Schou (2020), o juízo sobre a mídia é menos uma análise sobre conteúdo e mais um gesto simbólico de alinhamento moral: confiar ou não confiar é, no limite, um ato político.

Além disso, os dados revelam como a imprensa se converteu em objeto de disputa simbólica, especialmente no campo bolsonarista, onde sua deslegitimização serve como cimento discursivo de um projeto mais amplo de enfrentamento às instituições democráticas. A crítica à mídia, nesse caso, está ancorada na ideia de que ela representa interesses de uma elite cultural “globalista”, “comunista” ou “sistêmica”, cuja função seria sabotar o “povo de bem” e seus representantes legítimos. Assim, a desconfiança não recai sobre erros pontuais ou desvios editoriais, mas sobre a própria noção de imprensa como instância mediadora da verdade — substituída por redes paralelas de informação, muitas vezes ancoradas em líderes religiosos, influenciadores conservadores ou canais de YouTube.

Por outro lado, o campo lulista demonstra uma crítica menos radical e mais institucionalizada. Ainda que relevante parcela dos lulistas demonstre ceticismo em relação à mídia — especialmente após a cobertura tendenciosa da operação Lava Jato e o papel da imprensa no impeachment de Dilma Rousseff (Lima, 2012) —, a relação é marcada por resíduo de reconhecimento. A imprensa é criticada, mas também defendida enquanto pilar democrático e instrumento de denúncia de abusos, sobretudo durante o governo Bolsonaro. Trata-se, portanto, de uma crítica interna ao campo democrático, e não de uma rejeição à própria ideia de jornalismo como valor público.

Figura 2 – Perfil informacional: Lulistas vs. Bolsonaristas



Fonte: Elaboração própria (2025)

O gráfico radar (Figura 2) elaborado a partir do banco de dados de nosso *survey* permite a visualização sintética de cinco dimensões centrais do comportamento informacional: confiança na mídia tradicional, confiança geral em fontes de informação, verificação de notícias, preferência por fontes tradicionais e compartilhamento de *fake news*. A disposição radial desses indicadores revela, de maneira gráfica, o contraste estrutural entre os perfis informacionais de lulistas e bolsonaristas.

Os dados evidenciam que os lulistas mantêm índices significativamente mais elevados nas variáveis “confiança na mídia” (58,2%), “confiança geral” (57,9%), “verificação de notícias” (72,0%) e “uso de fontes tradicionais” (65,0%). Além disso, registram baixa taxa de compartilhamento de *fake news* (9,6%). Esse conjunto sugere um padrão informacional mais institucionalizado e normativo, ainda ancorado em critérios de credibilidade jornalística, prática de checagem e exposição a veículos reconhecidos — como TV, jornais e portais de notícia.

No polo oposto, os bolsonaristas apresentam um perfil claramente divergente. Com níveis baixos de confiança na mídia (25,6%) e confiança geral (43,2%), somados à verificação reduzida (55,0%), este grupo se caracteriza por um sistema alternativo de validação informacional, fortemente marcado por desconfiança e fechamento epistêmico. A menor adesão às fontes tradicionais (40,0%) reforça essa tendência, indicando a migração para canais não institucionais — como YouTube, influenciadores e redes de WhatsApp. O dado mais crítico, porém, é a alta taxa de compartilhamento de *fake news* (22,0%), revelando não apenas a exposição, mas a replicação ativa de conteúdos não verificados.

Essas distinções não devem ser lidas como reflexo de déficit cognitivo ou informacional, mas como expressão de rationalidades políticas distintas. Como argumentam Farkas e Schou (2020), em contextos de polarização radical, os perfis informacionais não se organizam mais em torno de critérios técnicos de

veracidade, mas em torno de identidades políticas que moldam a percepção do que é confiável, legítimo e verdadeiro. Nesse sentido, os dados do gráfico radar demonstram que a desconfiança bolsonarista não é apenas uma recusa pontual, mas um projeto informacional alternativo — que substitui a imprensa tradicional por “fontes alinhadas moralmente” à sua visão de mundo.

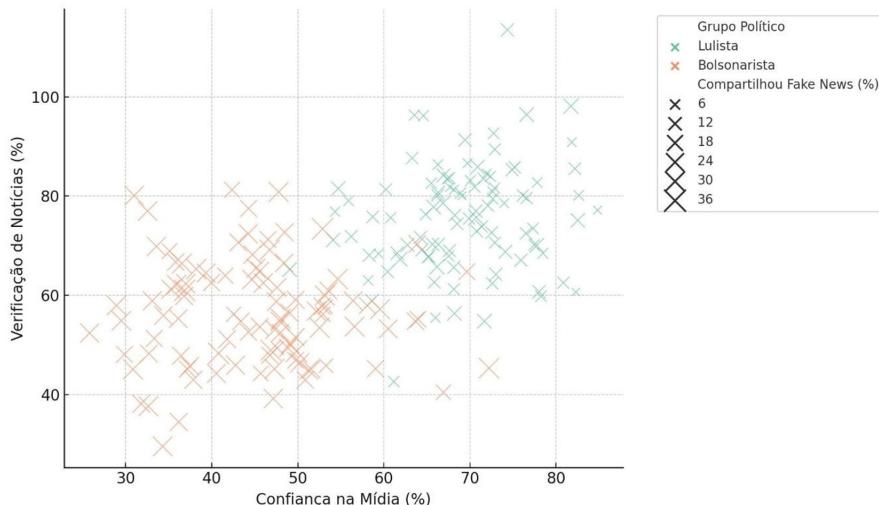
No caso dos lulistas, por sua vez, a confiança parcial ou total na mídia, combinada com práticas elevadas de verificação, sugere a persistência de um *ethos* democrático-informacional baseado na mediação jornalística e na checagem dos fatos. Ainda que críticas à mídia existam, elas não se convertem em hostilidade absoluta, nem rompem com a lógica de pluralismo e transparência pública.

O contraste entre os dois perfis revela a dimensão cultural e performativa da confiança na informação, que não é apenas um juízo racional, mas um ato de filiação simbólica a um campo de verdade. Como tal, esse perfil informacional opera como chave interpretativa para entender o modo como cada grupo se insere na esfera pública digital, reage às crises de autoridade institucional e constrói narrativas sobre o real.

O gráfico de dispersão com pesos variáveis (Figura 3) — representados pelo tamanho dos pontos conforme a taxa de compartilhamento de *fake news* — proporciona uma análise relacional entre dois eixos centrais do comportamento informacional: nível de confiança na mídia tradicional (eixo X) e frequência de verificação de notícias (eixo Y). Os dados estão segmentados por grupo político, permitindo identificar padrões de coerência (ou dissonância) entre crença e prática informacional dentro de cada campo.

Entre os lulistas, observa-se uma concentração visível no quadrante superior direito do gráfico, indicando uma correspondência direta entre alta confiança na mídia e práticas frequentes de verificação. Esse padrão sinaliza um modo informacional normativo, no qual a credibilidade da imprensa está associada ao valor da checagem como dever cívico. Os pontos menores, representando baixa incidência de compartilhamento de *fake news*, reforçam a consistência dessa racionalidade: acredita-se na imprensa, verifica-se o conteúdo, e compartilham-se menos boatos.

Figura 3 – Confiança na mídia vs. Verificação de notícias (com peso de Fake news)



Fonte: Elaboração própria (2025)

Já entre os bolsonaristas, a distribuição é mais dispersa e concentrada no quadrante inferior esquerdo, sugerindo uma relação inversa: baixa confiança na mídia e menor frequência de verificação. Esse agrupamento indica um padrão de dissonância epistêmica, no qual se recusa a legitimidade dos canais tradicionais ao mesmo tempo em que se abandona a prática de checagem sistemática. Os pontos são, em sua maioria, maiores — o que revela uma taxa mais elevada de compartilhamento de *fake news*, não como efeito de ignorância, mas como consequência da adesão a um sistema alternativo de verdade.

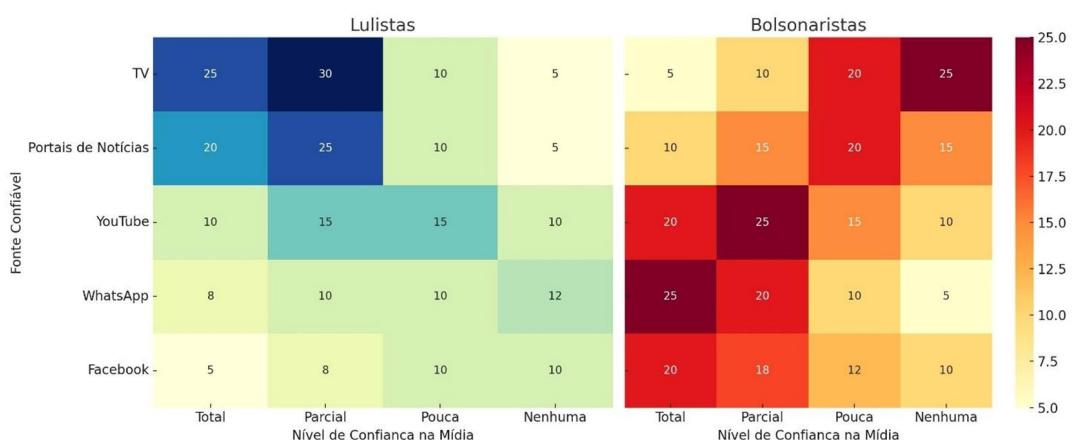
Essa dissonância pode ser interpretada à luz das contribuições de Farkas e Schou (2020), para quem a circulação de desinformação não se dá apesar da desconfiança na mídia, mas por causa dela. A negação da imprensa tradicional, nesse modelo, não implica desinformação incidental, mas sim a construção ativa de um ecossistema simbólico no qual o que importa não é a factualidade, mas a afinidade moral da mensagem com os valores do grupo. Trata-se de uma epistemologia de combate, na qual a veracidade se torna secundária diante da função identitária da informação.

Por outro lado, o padrão lulista aponta para a persistência de uma rationalidade democrática-informacional, em que os sujeitos atribuem à imprensa um papel relevante na mediação pública e se comportam de forma coerente com esse juízo. Isso não implica ausência de crítica — como já discutido —, mas revela que essa crítica não se converte em abandono dos critérios de factualidade e responsabilidade informativa.

Não obstante, a análise do gráfico de dispersão demonstra que a confiança na mídia e a verificação de informações não são variáveis isoladas, mas componentes de regimes epistêmicos distintos, que operam sob lógicas opostas de validação discursiva. A dissonância informacional entre os grupos não é meramente quantitativa: ela expressa modos radicalmente distintos de se relacionar com o real, de interpretar os meios e de performar crenças em público.

O próximo gráfico (Figura 4) apresenta dois mapas de calor justapostos — um para lulistas e outro para bolsonaristas —, nos quais são cruzadas as fontes informacionais consideradas confiáveis com os níveis de confiança na mídia tradicional. O objetivo é identificar como cada grupo atribui credibilidade a diferentes meios e como essas preferências informacionais se articulam à rejeição ou adesão à imprensa institucionalizada.

Figura 4 – Fonte confiável vs. Nível de confiança na mídia



Fonte: Elaboração própria (2025)

Entre os lulistas, o *heatmap* revela que os veículos tradicionais — TV aberta e portais de notícia — concentram os maiores índices de confiança total e parcial. Esse padrão indica que a legitimidade da informação ainda está amplamente ancorada nos meios convencionais, mesmo quando há críticas ao viés editorial. Fontes alternativas como YouTube, WhatsApp e Facebook aparecem com menor peso e são associadas, sobretudo, aos estratos de menor confiança, o que sugere uma hierarquia de fontes que favorece instituições jornalísticas consolidadas. Trata-se de um arranjo informacional que, embora não imune à crítica, preserva a centralidade da mídia tradicional como instância mediadora da realidade pública.

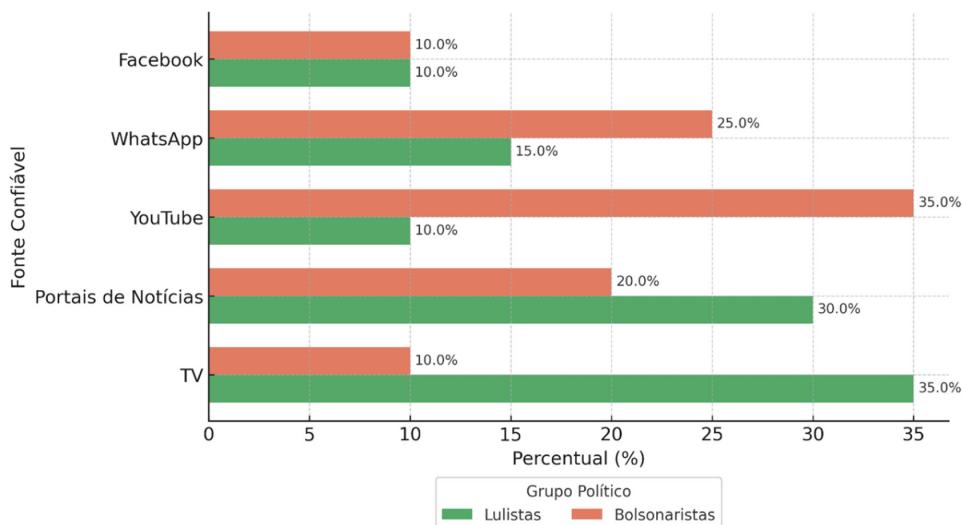
No grupo bolsonarista, a configuração é praticamente invertida. Os meios convencionais — especialmente a TV e os portais de notícias — concentram os maiores índices de desconfiança, sendo

associados predominantemente às categorias “pouca” e “nenhuma confiança”. Em contrapartida, YouTube e WhatsApp surgem como polos de confiabilidade, invertendo a lógica do repertório lulista. Essa reconfiguração é sintomática de um deslocamento simbólico da autoridade informativa, no qual a legitimidade deixa de ser conferida por critérios institucionais e passa a ser atribuída com base em afinidades ideológicas, alinhamento discursivo e pertencimento grupal.

Esse padrão confirma o argumento de Farkas e Schou (2020) de que, em contextos de crise de autoridade, as fontes de informação tornam-se signos morais, mais do que vetores de factualidade. No bolsonarismo, confiar no WhatsApp ou no YouTube é uma forma de afirmação identitária contra os sistemas tradicionais de mediação — um gesto de ruptura que opera tanto no plano informativo quanto no plano simbólico. A imprensa não é apenas desacreditada por seus erros ou vieses; ela é rejeitada como categoria, como instância de enunciação legítima sobre o mundo.

Entre os lulistas, a valorização de meios tradicionais está conectada a uma concepção de comunicação ainda vinculada à ideia de jornalismo como bem público, mesmo que imperfeito. A crítica não se traduz em recusa total, mas em disputas internas ao campo da institucionalidade democrática. Isso explica por que, mesmo em situações de conflito com a imprensa, setores progressistas continuam a defender a liberdade de expressão e a denunciar agressões a jornalistas.

Figura 5 – Fontes confiáveis mais citadas por grupo político



Fonte: Elaboração própria (2025)

O último gráfico (Figura 5) apresenta a distribuição percentual das fontes de informação consideradas mais confiáveis, conforme declaradas pelos respondentes de nosso *survey*, segmentados entre os dois grupos políticos analisados. Trata-se de um indicador fundamental para a análise da estrutura simbólica do ecossistema informatacional de cada campo, pois evidencia não apenas as preferências individuais, mas os valores coletivos que orientam a seleção e validação da informação.

Entre os lulistas, a confiança concentra-se em meios tradicionais, com destaque para a TV (35%) e os portais de notícias (30%). Juntos, esses dois vetores representam 65% da confiança informatacional desse grupo, o que revela uma orientação institucionalizada na escolha das fontes. Plataformas digitais como WhatsApp (15%), Facebook (10%) e YouTube (10%) aparecem com menor expressão, ocupando posições periféricas no repertório de credibilidade. Esse padrão reflete o que se poderia chamar de informacionalismo republicano, no qual a imprensa ainda é percebida como um dos pilares da democracia, mesmo que sujeita a críticas pontuais.

Já entre os bolsonaristas, essa hierarquia se inverte. A fonte mais confiável é o YouTube (35%), seguido por WhatsApp (25%) e, em menor escala, portais de notícias (20%). A TV, tradicionalmente central

na mediação informacional brasileira, aparece com apenas 10% de confiabilidade, o que representa um colapso simbólico da autoridade midiática nesse campo político. A equivalência entre TV e Facebook (ambos com 10%) demonstra o deslocamento da legitimidade para canais digitais e descentralizados, onde a curadoria do conteúdo não é exercida por jornalistas, mas por figuras públicas, influencers e produtores de conteúdo alinhados à narrativa do grupo.

Esse contraste revela que a confiança informacional não é apenas produto de exposição ou hábito, mas um efeito da racionalidade política que orienta o sujeito. Como demonstrado por Tsfati e Ariely (2014), a escolha das fontes confiáveis é fortemente determinada por fatores identitários e ideológicos, o que implica que a própria definição do que é confiável passa a ser politicamente disputada. A mesma fonte — por exemplo, o Jornal Nacional ou o G1 — pode ser vista como modelo credível ou como mecanismo de manipulação, a depender do grupo analisado.

No caso bolsonarista, o deslocamento da confiança para plataformas como YouTube e WhatsApp não pode ser interpretado apenas como rejeição à mídia, mas como reconstrução ativa de um ecossistema informacional alternativo, legitimado por critérios morais, afinidades religiosas e lógica comunitária. Nesse sistema, o emissor confiável não é aquele que segue protocolos jornalísticos, mas aquele que confirma a verdade interna do grupo — ainda que sem qualquer lastro factual. Trata-se de um processo de reconfiguração simbólica da verdade, no qual a aderência ao senso comum do grupo vale mais do que a verificação independente.

Entre os lulistas, por outro lado, observa-se uma permanência da lógica jornalística como critério de confiabilidade, ainda que combinada com usos pragmáticos das mídias sociais. A imprensa tradicional ainda ocupa lugar central na formação da opinião pública e é vista, em muitos casos, como instância de vigilância contra retrocessos democráticos e abusos de poder — especialmente durante os anos do governo Bolsonaro.

O gráfico, portanto, não apenas quantifica a confiança, mas revela dois paradigmas informacionais em disputa: de um lado, a mídia institucional, ainda ancorada em protocolos normativos e códigos deontológicos; de outro, as redes digitais, onde a autoridade se constrói por ressonância emocional, estética e moral. Compreender essa clivagem é essencial para pensar os desafios da comunicação em tempos de fragmentação cognitiva e radicalização afetiva.

Considerações finais

A análise da confiança na mídia entre lulistas e bolsonaristas evidencia que a imprensa tradicional no Brasil contemporâneo deixou de ser apenas um canal de difusão de informações para se tornar um símbolo de conflito epistêmico e identitário. A assimetria entre os dois grupos não se resume a diferenças quantitativas em relação ao grau de confiança, mas configura dois regimes informacionais radicalmente distintos, sustentados por lógicas de crença, pertencimento e performatividade.

Entre os bolsonaristas, observa-se uma rejeição sistemática da mídia tradicional, associada a um padrão de desconfiança generalizada, menor prática de verificação de notícias e maior adesão a fontes alternativas — como YouTube e WhatsApp — que operam fora dos marcos institucionais do jornalismo. Essa configuração aponta para a constituição de um ecossistema simbólico paralelo, em que a autoridade da informação não se funda em critérios de veracidade, mas em afinidade moral, religiosidade e alinhamento ideológico. A imprensa, nesse contexto, não é apenas criticada: ela é deslegitimada como categoria, tornando-se alvo preferencial de narrativas de conspiração e estratégias de desinformação.

Por sua vez, o campo lulista apresenta um perfil mais ambivalente, mas ainda ancorado em parâmetros normativos do espaço público. A confiança parcial e total na mídia concentra-se entre os lulistas, que também registram maiores índices de verificação de informações, menor compartilhamento de *fake news* e preferência por fontes convencionais como televisão e portais de notícia. Isso não significa

ausência de crítica — a relação com a imprensa é marcada por tensões históricas, especialmente em relação à cobertura da Lava Jato e à criminalização do PT —, mas indica uma crítica interna ao campo democrático, que reconhece o papel do jornalismo na regulação da vida pública.

Os gráficos e cruzamentos apresentados ao longo deste artigo demonstram que a confiança na mídia opera como marcador de identidade política. Mais do que um problema de comunicação institucional, trata-se de uma clivagem cultural profunda, que evidencia o colapso de consensos mínimos sobre o que constitui uma informação legítima, quem pode enunciá-la e quais critérios devem governar o espaço público.

Os resultados obtidos ao longo da análise empírica confirmam ambas as hipóteses delineadas no percurso metodológico. A primeira hipótese, que associava a confiança na mídia tradicional ao posicionamento político no espaço público, mostrou-se robusta: lulistas tendem a manter vínculos mais consistentes com fontes jornalísticas institucionais, ao passo que bolsonaristas manifestam rejeição sistemática à imprensa como instância de mediação legítima. Já a segunda hipótese — segundo a qual essa rejeição no campo bolsonarista assume caráter performático e identitário — foi amplamente corroborada pelos dados: os padrões de uso de fontes, verificação e compartilhamento de desinformação indicam não apenas desconfiança, mas a construção ativa de um ecossistema simbólico alternativo, no qual a verdade é produzida a partir da moral compartilhada, da afinidade ideológica e da deslegitimização consciente das estruturas tradicionais de validação informacional.

Para além dos resultados aqui apresentados, a pesquisa abre espaço para desdobramentos futuros. Um primeiro eixo possível é a comparação internacional, investigando se padrões semelhantes de rejeição midiática emergem em outros contextos de polarização política. Outro caminho seria a incorporação de variáveis qualitativas, como entrevistas em profundidade, capazes de revelar nuances na forma como diferentes grupos elaboram a confiança ou a rejeição à imprensa. Além disso, o acompanhamento de eleições futuras, em especial as de 2026, pode indicar se a relação com a mídia se estabiliza, se intensifica ou se reconfigura em novos moldes.

Em um momento histórico marcado pela ascensão de regimes de verdade concorrentes e pelo enfraquecimento da imprensa como mediadora comum, os dados aqui analisados sugerem que a desconfiança na mídia não é patologia, mas sintoma de um realinhamento ideológico e epistemológico mais amplo. A mídia tornou-se, ela mesma, um campo de disputa, em que se projetam medos, ressentimentos, moralidades e estratégias de controle discursivo. Compreender esse fenômeno é essencial para pensar alternativas de reconstrução da confiança pública, não apenas por meio de reformas institucionais, mas pela revalorização da escuta, do pluralismo e da produção coletiva de sentidos sobre a realidade.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso. O discurso das fake news e sua implicação comunicacional na política e na ciência. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 184–198, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i1.2016>.

AMARAL, Inês; SANTOS, Sofia José. **Algoritmos e redes sociais**: a propagação de fake news na era da pós-verdade. As fake news e a nova ordem (des) informativa na era da pós-verdade, p. 63-85, 2019.

BELLO, André. Polarização política dinâmica: evidências do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 42-68, jan./abr. 2023.

BERTIN, Jacques. **La graphique et le traitement graphique de l'information**. Paris: Flammarion, 1983.

CORREIA, João Carlos. O novo ecossistema mediático e a desinformação como estratégia política dos populismos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 23-32, 2019.

COUTINHO, Lorena Giuberti. Political polarization and the impact of internet and social media use in Brazil. **MERIT Working Papers**, n. 2021-032, United Nations University - Maastricht Economic and Social Research Institute on Innovation and Technology (MERIT), 2021.

FACCHINI, Luiz Felipe. DO “LADO BRILHANTE DOS POBRES” AO BOLSONARISMO POPULAR: uma análise conjuntural acerca do impacto do lulismo e do bolsonarismo sobre as classes populares. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, e021011, 2021.

FARKAS, Johan; SCHOU, Jannick. **Post-truth, fake news and democracy**: Mapping the politics of falsehood. London: Routledge, 2020.

FIGO, Caio D. B.; WEBER, Maria Helena; SODRÉ, Muniz. Cala a boca, jornalista: intimidação e desinformação como políticas de Estado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 38, n. 110, p. 29-46, jan./abr. 2024.

FRASER, Nancy. Progressive neoliberalism versus reactionary populism: A choice that feminists should refuse. **NORA-Nordic Journal of Feminist and Gender Research**, v. 24, n. 4, p. 281-284, 2016.

FUCHS, Christian. Mídias sociais e a esfera pública [Social Media and the Public Sphere]. **Revista Contracampo**, v. 34, p. 35-80, 2015.

KANDEL, Camillo. Desinformação Política, Mídias Digitais e Democracia: Como e Por Que as Fake News Funcionam? **Revista de Direito Público**, Brasília, v. 18, n. 99, p. 436-469, jul./set. 2021.

KOHRING, Matthias; MATTHES, Jörg. Trust in news media: development and validation of a multidimensional scale. **Communication Research**, Thousand Oaks, v. 34, n. 2, p. 231–252, 2007.

LACERDA, Gustavo Haiden. Hashtags as (dis) organizing elements of political discourse: the case of #quemmorreu on X-Twitter. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 18, e1811, 2024.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

LISBOA, Silvia Saraiva de Macedo; BENETTI, Marcia. Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 51-62, jan./jun. 2017.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, Chicago, v. 36, n. 2, p. 176–187, 1972.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista**: impasses do Brasil. Autêntica Editora, 2022.

NASCIMENTO, Thatiany; LYCARIÃO, Diógenes; FERREIRA, Cláudia Regina. Qualidade no jornalismo e democracia: uma revisão sistemática de literatura. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 20, n. 1, p. 55-67, 2023.

PAIXÃO, Cristiano; GUIMARÃES, Gabriel Gualano de Godoy. DESINFORMAÇÃO E CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL: é possível regular fake news? **Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Niterói, v. 22, n. 3, p. 411-433, 2020.

PELLIZZARI, Bruno Henrique Miniuchi; BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco. Bolhas Sociais e seus efeitos na Sociedade da Informação: ditadura do algoritmo e entropia na Internet. **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias**, v. 5, n. 2, p. 57-73, 2019.

PEREIRA, Matheus. A personificação da nova direita brasileira: Um olhar sobre os eleitores de Jair Bolsonaro na campanha presidencial de 2018. **TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA**, v. 10, n. 1, 2021.

PORATH, William; PUENTE, Sebastián; ORTIZ, Claudia. The connection between perceptions of media bias and influence and affective polarization: an examination in Brazil and Mexico. **Revista de Comunicación Política**, [S.I.], n. 5, p. 1-19, 2022.

PRIOR, Hélder. Em nome do povo: o populismo e o novo ecossistema mediático. In: FIGUEIRA, J.; SANTOS,

S. (org.). **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 123–147.

RIBEIRO BARBOSA, Caio Marcondes. A direita nas ruas em 2019: etnografias de manifestações na cidade de São Paulo. **Políticas Culturais em Revista**, v. 15, n. 1, 2022.

ROSSINI, Patricia et al. Digital media landscape in Brazil: Political (mis) information and participation on Facebook and WhatsApp. **Journal of Quantitative Description: Digital Media**, v. 1, 2021.

RUSSO, Guilherme. **‘Them’ without ‘us’**: negative identities and affective polarization in Brazil. **Democratization**, London, v. 29, n. 7, p. 1281-1301, 2022.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SUNSTEIN, Cass R. **Going to extremes**: how like minds unite and divide. New York: Oxford University Press, 2009.

TSFATI, Yariv; ARIELY, Gal. Individual and contextual correlates of trust in media across 44 countries. **Communication Research, Thousand Oaks**, v. 41, n. 6, p. 760–782, 2014.

TUFTE, Edward R. **The visual display of quantitative information**. Cheshire: Graphics Press, 1990.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society**: public values in a connective world. Oxford: Oxford University Press, 2018.